



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

**DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO RECURSO REFERENTE A CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº.
002/2023/CPLO/SUPEL/RO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 0020.084523/2022-86/PGE/RO

OBJETO: Reforma do Imóvel que sedia a Procuradoria Regional de Vilhena - PRV/PGE-RO, no município de Vilhena-RO.

DATA DA SESSÃO: 25.05.2023.

HORÁRIO: 08h.

Aos **vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três às oito horas**, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito a Av. Farquar, nº 2986 - Bairro Pedrinhas - Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos, 2º andar - Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9243, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela **Portaria nº 05 de 16 de janeiro de 2023**, para proceder ao exame do recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **BP CONSTRUTORA E METALÚRGICA MORAES**, contra decisão da Comissão de Licitação que a inabilitou em Ata de Reunião de 04.05.2023, e disponibilizado no site endereço eletrônico www.rondonia.ro.gov.br/supel na mesma data.

I - DAS PRELIMINARES:

- 1)** Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **BP CONSTRUTORA E METALÚRGICA MORAES**, contra o resultado do julgamento da documentação de habilitação referente à **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 002/2023/CPLO/SUPEL/RO**.
- 2)** CONTRARRAZÕES – não houve interesse por parte das empresas participantes do certame em contrarrazoar.
- 3)** Recurso administrativo com base na [Lei Federal nº 8.666/93](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8666/93.htm).

II - DAS FORMALIDADES:

Cumpridas as formalidades legais, registra-se que foi cientificado as demais licitantes da existência e trâmite do RECURSO ADMINISTRATIVO interposto, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo Licitatório retro identificado, divulgado o Aviso de Recurso (ID 0038218418) e o recurso administrativo na íntegra no “site” da SUPEL – www.rondonia.ro.gov.br/supel.

III - DAS ALEGAÇÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

DA RECORRENTE: a empresa recorrente foi declarada INABILITADA em Ata datada dia 04.05.2023 (ID 0037946937), por **não ter apresentado a declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS/RO** que dispõe acerca de pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos, aptas à execução de trabalho, nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, descumprido parcialmente assim, o subitem 15.1, alínea "e", do Edital.

1) A empresa recorrente alega que ao inabilitá-la a Comissão que, na declaração apresentada na página nº 36 (numeração da empresa) da sua documentação de habilitação, a empresa recorrente se compromete caso vencedora que contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos, atendendo assim o objetivo da mesma que é a disponibilização para caso haja uma futura contratação, onde enseja sobre serviços ainda não pactuados.

2) Que "[...] a declaração entregue pela recorrente, essa se compromete a contratar, em cada contrato firmado, o percentual de pessoas privadas de liberdade, no regime semiaberto e egressas do sistema prisional [...]".

3) Ainda que "[...] não há como ser exigido de uma empresa, no caso a recorrente, algo que não está perfeitamente exposto no instrumento convocatório, seguindo a decisão para um excesso de formalismo, além de contrariar princípios administrativos [...]".

4) E por fim que a exigência "[...] mostra-se desarrazoada e dotada de excesso de formalismo a inabilitação para participe do restante das etapas do procedimento licitatório, no que diz respeito a recorrente [...]".

Nesse contexto, a empresa **BP CONSTRUTORA E METALÚRGICA MORAES** requer que a Comissão dê provimento ao recurso interposto, reformando a decisão anteriormente proferida em ata do dia 04.05.2023, habilitando-a no presente certame.

IV - DA ANÁLISE DOS FATOS quanto ao RECURSO:

Após analisar o recurso interposto, a Comissão de Licitação, com base no [§ 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93](#), **DECIDIU MANTER sua decisão proferida em Ata do dia 04.05.2023**, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, "caput", vinculado as condições do edital, senão vejamos:

Considerando que empresa recorrente **BP CONSTRUTORA E METALÚRGICA MORAES** foi inabilitada por **não ter apresentado a declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS/RO** que dispõe acerca de pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos, aptas à execução de trabalho, nos termos do [Decreto Estadual nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021](#), descumprido parcialmente assim, o subitem 15.1, alínea "e" do Edital, e em sua a defesa afirmar que a declaração exigida no Anexo XI, supre a declaração exigida no item 15.1, alínea "e" do edital, ou que a emitida pela SEJUS-RO deva ser apresentada somente pela empresa declarada vencedora não procede, senão vejamos:

"15.1 DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO JURÍDICA:

[...]

e) Declaração do licitante de que, caso seja vencedor, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009, **acompanhada de declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS**, que dispõe acerca de pessoas aptas à execução de trabalho;" (grifo nosso)

Essa é uma exigência editalícia, pois, mesmo sob as alegações de que tal exigência não está amparada pela [Lei Federal nº 8.666/93](#), ela está regulamentada pelo [Decreto Estadual nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021](#), que regulamenta a [Lei Ordinária nº 2.134, de 23 de julho de 2009](#). Das 04 (quatro) empresas que participam do certame, duas empresas deixaram de apresentar o referido documento.

O que deve ser destacado, sua emissão é gratuita, de fácil acesso, obtida na própria sede SEJUS/RO localizada no Palácio Rio Madeira, Av. Farquar, 2986 - Edifício Rio Cautário - 4º andar - Pedrinhas, Porto Velho - RO, 76801-976. A CPLO não pode, e jamais o fez em qualquer certame que conduziu, julgar sob o

prisma “dois pesos e uma medida”. Se é exigido no escopo editalício, e se o interessado não usou da prerrogativa prevista no item 14 do edital **DO DIREITO DE PETIÇÃO PARA IMPUGNAÇÃO**, o instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação ([art. 41 da Lei 8.666/93](#)). Em outras palavras, pode se dizer que, “nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no ato convocatório”. Como bem destaca Fernanda Marinela: O princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação. Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei.

O texto legal prima pela vinculação ao instrumento convocatório como forma de proteger os licitantes de decisões discricionárias dos agentes públicos e garantir a lisura nos processos.

"Art. 3º da Lei 8.666/93: A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

V - DA CONCLUSÃO:

De tudo quanto dito, esta Comissão de Licitação conhece o Recurso Administrativo interposto, para negar-lhe provimento, **MANTENDO** a decisão anteriormente proferida em Ata de Reunião datada em 04.05.2023 (ID 0037946937), mantendo **INABILITADAS** as empresas **HS LOZADA ENGENHARIA LTDA, EVOLUTIVA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA** e **BP CONSTRUTORA E METALÚRGICA MORAES** e **HABILITADA** a empresa **PROGRESSUS CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA**. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada e assinada pelo Presidente Substituto e pelos membros da Comissão. Porto Velho-RO, **vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três às oito horas e quarenta minutos**.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

SAMIR PAIVA DO ESPÍRITO SANTO

Presidente Substituto da CPLO

NADIANE DA COSTA LAIA

Membro

ALINE CRUZ DE OLIVEIRA

Membro Substituta da CPLO



Documento assinado eletronicamente por **Samir Paiva do Espírito Santo, Presidente**, em 25/05/2023, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Membro**, em 25/05/2023, às 13:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aline Cruz de Oliveira, Membro**, em 25/05/2023, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0038534138** e o código CRC **D9FCF000**.

Referência: Caso responda este(a) Ata, indicar expressamente o Processo nº 0020.084523/2022-86

SEI nº 0038534138